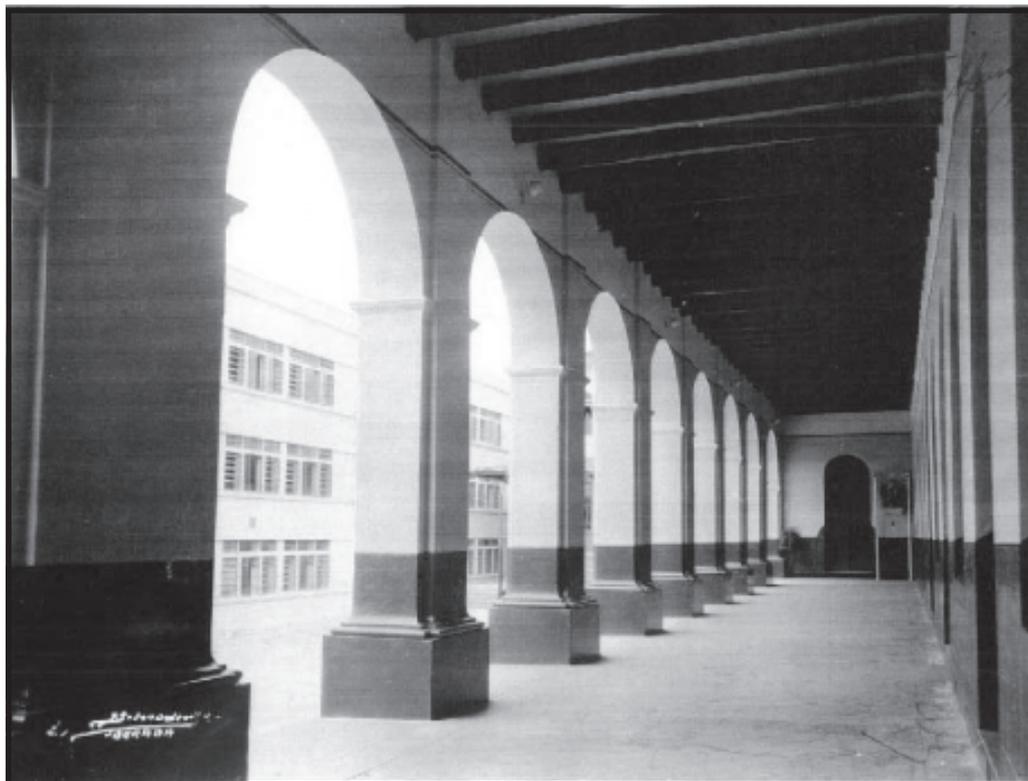


ENSINO RELIGIOSO E ENSINO LAICO NA IMPRENSA UBERABENSE: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

SIRLENE DE CASTRO OLIVEIRA*
JOSÉ CARLOS SOUZA ARAÚJO**



Detalhe do Pátio do Colégio Nossa Senhora das Dores de Uberaba, MG. (Acervo do Colégio)

A educação no Brasil teve suas bases sob a bandeira do cristianismo e no desencadear do seu processo percebemos que o ensino religioso fora alvo de grandes discussões, ora compreendido como *catequese na escola*, ora como *ensino da religião* ou ainda *educação religiosa escolar*.

O cenário desta discussão foi construído por diversos elementos sócio-político-econômico-histórico e cultural. E é neste contexto que o ensino religioso terá uma representação definida que implicará na formação ideológica do povo brasileiro.

Em nosso texto pretendemos apresentar, através de um breve relato, a trajetória do ensino religioso e o ensino laico através da imprensa periódica uberabense. Daremos um destaque maior aos anos 20 e 30, enfatizando os percalços e pressões que se fizeram presente no período.

* Graduada em Pedagogia pela Universidade de Uberaba. Mestranda do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Bolsista da CAPES.

** Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professor de História e Filosofia da Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Sócio-Fundador da Sociedade Brasileira de História da Educação. (jcaraujo@ufu.br)

Nesse período, em Uberaba, MG, travava-se intensa discussão no seio da imprensa nos jornais *Correio Católico*¹ e *Lavoura e Comércio*² sobre o assunto em pauta. Esse fato despertou-nos para a necessidade de um estudo mais aprofundado, considerando que os mecanismos da expressão jornalística, vão ao longo do tempo tecendo a própria história local.

Assim sendo,

[...] tomamos a imprensa periódica, como veiculadora de interesses, como um produto social emergente na sociedade urbana e industrial. Recusa-se a idéia de que a imprensa seja como uma ilha diante da realidade histórica na qual se insere.

A imprensa uberabense é considerada um manancial de onde podemos extrair informações valiosas para uma análise interpretativa na construção do veio condutor de práticas educativas na região. Basta lembrar que, desde a sua fundação em 1856 até os anos 30 do século XX, foram fundados 215 meios de comunicação, entre revistas, boletins e periódicos, embora poucos tenham sido preservados.

Nesse sentido a imprensa periódica passa a ser fonte preciosa para a história educacional. Parafraseando Vidal e Camargo podemos dizer que os estudos em periódicos para a realização de análises históricas, possibilita-nos a leitura de manifestações contemporâneas aos acontecimentos e aproxima-nos dos discursos emitidos na época.³

Ainda como define Catani com muita propriedade:

*[...] escrever a história da educação de um outro modo: menos centrado no papel do Estado ou dos grandes pedagogos e mais atento à riqueza das iniciativas locais, institucionais, ideológicas, sócio-profissionais e também ao atendimento de expectativas de vez que, diferentemente o livro, a imprensa periódica é uma mídia interativa na orientação da qual os leitores participam de um modo ou de outro escrevendo para ela, assinando-a ou deixando de fazê-lo.*⁴

Em vista disso, iniciamos esse trabalho realizando a leitura de inúmeros jornais da época com fichamentos de publicações sobre o objeto em estudo. Consequentemente selecionamos vários artigos para análise, dos quais alguns ilustram muito bem a temática em pauta. Lembramos que estamos em fase inicial de pesquisa e os dados aqui apresentados deverão ampliar-se à medida que adentrarmos mais no assunto.

¹ O *Correio Católico* foi fundado em 10 de outubro de 1897. Inicialmente teve em sua direção os jornalistas eclesiásticos: Cônego César Borges, Monsenhor Inácio Xavier, Padre Alexandre Manoel, Cônego Joaquim Tiago. Antes porém levava o nome de *Jornal de Uberaba*, sendo fundado em 02/06/1896. Quando atingiu o seu nº 79 passou às mãos dos padres dominicanos.

² O *Jornal Lavoura e Comércio* foi fundada a 06 de junho de 1899 por um grupo de fazendeiros, com o objetivo de protestar veementemente contra o tributo estadual considerado injusto e prejudicial aos legítimos interesses da agricultura e da pecuária. Seu primeiro diretor foi Garcia Adjuto. Em 1903 passou às mãos da família Jardim, através dos irmãos Francisco Jardim e Murilo de Chirée. Com a morte de ambos, a direção do jornal ficou com membros da mesma família, a qual continua até os dias de hoje.

³ Diana G. VIDAL e Marilena J. CAMARGO. *A imprensa periódica especializada e a pesquisa histórica: estudos sobre o Boletim de Educação Pública e a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, p. 408, apud José Carlos Araújo, *Educação, imprensa e sociedade no Triângulo Mineiro no período da República velha*.

⁴ Denice Barbara CATANI. *A imprensa periódica educacional: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional*. FAE-USP. 1996, p.3.

O ENSINO RELIGIOSO NO BRASIL NA HISTÓRIA BRASILEIRA

No período Colonial, o Brasil esteve sob o regime do padroado, sendo permitido à Igreja o *ensino da religião*, mas submetido ao Estado, sendo ministrado através das Ordens e das Congregações Religiosas, que monopolizavam o ensino escolar na época. Adotava-se o método de doutrinação, compreendido como *catequese*, de caráter disciplinador.

A reforma pombalina (1750-1777) que ocasionara a expulsão dos Jesuítas em 1759 provoca inúmeras conseqüências, com forte espírito anti-católico. O novo modelo de ensino apresentado trás consigo ideologias iluministas, como por exemplo, a *laicização do ensino*.

Ao final do período colonial, o Brasil passa por modificações na educação com a chegada da família real em 1808, privilegiando a elite em detrimento das camadas populares. Ainda continua o ensino da religião católica como forma de *catequese*.

No início do Império, o Brasil vive num clima de idéias libertárias, de emancipação, advindas da Revolução Francesa. Os conflitos entre Brasil e Portugal levam à proclamação da Independência em 1822.

A Constituição de 1824 pouco alude a respeito da educação, mas oficializa a Religião Católica na forma do artigo 103. Em 12 de agosto de 1834 o Ato Adicional, artigo 10º, § 2º, modifica a Constituição de 1824, passando às Províncias a legislação do ensino primário, enquanto o poder central fica com o superior e secundário. Em 1835, inicia-se a implantação de Escolas Normais visando ao atendimento da necessidade das elites. A escassez de escolas de alto nível privilegiam os colégios católicos, especificamente o Colégio Caraça de Minas Gerais.

A segunda edição das Constituições do Arcebispado da Bahia, em 1835 faz referências ao ensino religioso nas escolas, embora as relações entre Igreja e Estado tenha enfraquecido com o Cisma, em 1837, do padre Feijó. Em 1841, um ano após D. Pedro II ser proclamado Imperador Constitucional e Perpétuo Defensor do Brasil, os jesuítas são autorizados a retomar seus colégios.

A estrutura do Império é abalada com a promulgação da Encíclica de Pio IX, *Quam Cura* se posicionando contra a Maçonaria, o espírito científico e o modernismo.

A proclamação da República se dá em 15/11/1889. Governo Republicano Provisório abole o padroado estabelecendo a separação entre Igreja e Estado por meio do decreto 119-A de 07/01/1890. O episcopado brasileiro reage favoravelmente ao decreto em Carta Pastoral Coletiva de 19/03/1890. Mas o artigo 72, § 6º da Constituição de 1891 enuncia: "*será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos*". Surgem inúmeros debates com posicionamentos favoráveis e contrários a *laicização do ensino público*. Posteriormente, a Igreja passa a defender o *ensino da religião* tendo a seu lado importantes juristas. Dentre outros, podemos citar Rui Barbosa e Pedro Lessa que referem à circular do episcopado mineiro nos seguintes termos:

*Os católicos não pretendem um privilégio exclusivista, reclamam, antes, a efetividade da verdadeira liberdade de consciência. O que eles pretendem é que a expressão "ensino leigo" não seja confundida como muitas vezes acontece, com o ensino ateu, irreligioso.*⁵

Após a Revolução de 30, a nascente burguesia industrial toma o poder das mãos da conservadora burguesia rural. O decreto de 30/04/1931, admite facultativamente o ensino religioso nas escolas públicas, o que leva alguns setores da Igreja Católica a

⁵ LIMA, Mário de. *A escola leiga e a liberdade de consciência*. Tip. Moderna, Belo Horizonte, 1914, p.10, apud Anísia de Paulo Figueiredo. *O ensino religioso no Brasil*. Vozes, Petrópolis, 1996, p.46.

reivindicarem um novo tratamento ao ensino religioso escolar, tendo como oponentes os *escolanovistas* que expressam seus interesses no *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, de 1932, em defesa da *laicidade, obrigatoriedade e gratuidade do ensino*.

Na Constituição de 16/07/1934, o artigo o artigo 153 institui o ensino religioso nas escolas oficiais nos seguintes termos: *“O Ensino Religioso será de freqüência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno, manifestada pelos pais ou responsáveis, e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais”*.

Com o Golpe de Estado, em 10/11/1937, a reforma da Constituição elaborada por Francisco Campos volta à Constituição de 1891, no seu artigo 133: *“O Ensino Religioso poderá ser contemplado com matéria do curso ordinário das escolas primárias, normais e secundárias. Não poderá, porém, constituir objeto de obrigação dos mestres ou professores, nem de freqüência compulsória por parte dos alunos”*.

A Constituição de 1946 irá manter o Ensino Religioso como dever do Estado para com a liberdade religiosa, nos seguintes termos: *“O Ensino Religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrado de acordo com a confissão do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável”*.

REPERCUSSÕES NA IMPRENSA PERIÓDICA

A imprensa periódica uberabense, reflete veementemente todo o conflito entre o ensino religioso e o ensino laico, numa defesa explícita da manutenção do ensino religioso nas escolas como continuação da educação recebida no seio da família. Isso podemos notar nas publicações do jornal *Correio Católico*, de 20/12/1925, p.1, sob o título *“A Cruz e a Bandeira”*:

O liberalismo revolucionário bem conhece o alcance da escola leiga assim compreendida e praticada.

Taes escolas, para empregar um verso de Gerra Junqueiro, são açougues de innocencia, são fócios de agnosticismo, são fabricas de scepticos e de descrentes ...

Em outra publicação de 03/01/1926 do mesmo jornal, dando continuidade ao assunto, diz o seguinte:

Ora a escola onde, pelo menos, se faculta o ensino religioso, é um matadouro de crentes .

[...] A creança vem do regaço materno com a alma voltada para Deus. Mas o ambiente quando, não hostil indiferente da escola agnostica, vai estiolando, a pouco e pouco, o sentimento religioso haurido no seio da família.

Como se vê, a imprensa periódica como meio informativo ou opinativo de comunicação coletiva reflete a ideologia e a prática inerentes a uma sociedade numa determinada época. A relevância histórica de estudos através dessa fonte para a sistematização do processo educacional tem sido cada vez mais freqüente no sentido de

[...] compreender a prática jornalística como participante do processo histórico (...). O jornalismo é comunicação de idéias, opiniões, juízos críticos (...). O jornal contém trás idéias, argumentos, provas, contraposições, estudos e análises dos acontecimentos, dos fatos dos fenômenos (...)

Como podemos perceber, a imprensa tornou-se um instrumento potente para críticas e discursos diretos ou indiretos sobre as diversas práticas da coletividade, além de favorecer aos grupos mais poderosos.

A coletividade que faz a história é a mesma que interpreta e reflete inevitavelmente na práxis, os confrontos de forças existentes nos segmentos que a formam.

Nesse sentido, torna-se relevante identificar a controvertida discussão em torno dos efeitos produzidos por meio da imprensa na formação do homem e consequentemente na sociedade em que vive.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resgate da história local nos possibilita identificar fatos e acontecimentos que nortearam práticas educativas regionais, reconhecendo a imprensa como instrumento impregnado de representação ideológica, ao mesmo tempo em que espelha e influencia todo o contexto no qual está inserido.

O ensino religioso, motivo de debates e polêmicas com intensas discussões desde a Colônia, embora nos remeta a momentos historicamente circunscritos é fio condutor da construção de toda uma sociedade. O inconformismo da Igreja com a posição do Estado nos seus inúmeros decretos é explícito nas diversas Cartas Pastorais e Encíclicas Papais durante todo o período.

Os conflitos entre Estado e Igreja geram uma situação de disputa que passa a fazer parte da imprensa, que por sua vez também tem uma posição política definida. A riqueza que se extrai dos embates através dos periódicos nos permite recuperar conexões entre as representações sociais e institucionais, por meio de uma nova visão, elucidando fatos históricos que nortearam o caminhar da sociedade local e regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, J.C.. **Educação, Imprensa e Sociedade no Triângulo Mineiro**, 199_ (mimeo.), p.2.
- CATANI, D.C. **Imprensa Periódica Educacional: As Revistas de Ensino e o Estudo do Campo Educacional**. FAE-USP. 1996 (mimeo.), p.3.
- CURY, C.R.J. **Ideologia e Educação brasileira**. Católicos e liberais. 4ª ed. ed. Cortez e Aut. Associados, São Paulo, 1988.
- FIGUEIREDO, A. P. **O ensino religioso no Brasil**. Tendências, conquistas, perspectivas. Vozes, Petrópolis, 1996.
- HAUCK, J. F. et alii. **História da Igreja no Brasil**. Ensaio de interpretação a partir do povo. Segunda Época. A Igreja no Brasil no século XIX. Vozes, Petrópolis, 1980.
- ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil**. 15ª ed. Vozes, Petrópolis, 1993.

ARTIGOS DE JORNAIS E REVISTAS

- AZZI, R. Educação e Evangelização: perspectivas históricas. AEC, Brasília, nº 84, pp30-49.
- NERY, J. I. O ensino religioso escolar no Brasil (ERE) no contexto da história e das leis. AEC, Brasília, nº 88, pp. 7-20.
- "A CRUZ e a Bandeira" (1925), *Jornal Correio Católico*, Uberaba, p.01.
- _____ (1926), *Jornal Correio Católico*, Uberaba, p.01.
- "O ENSINO RELIGIOSO nas escolas moção de aplausos da Camara dos deputados" (1928). *Jornal Correio Católico*, Uberaba, p.01.